



ARTIGOS E ENSAIOS

As veias abertas da proteção social latino-americana: impactos da alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores na agenda social

The open veins of Latin American social protection: Impacts of the ideological and political alternation of progressive and conservative governments on the social agenda

Las venas abiertas de la protección social latinoamericana: impactos de la alternancia ideológica y política de gobiernos progresistas y conservadores en la agenda social

Viviane Isabela

Rodrigues¹

orcid.org/0009-0004-5139-4019

viviane.rodrigues@fso.ufal.br

Recebido em: 07 out. 2024.

Aprovado em: 10 out. 2025.

Publicado em: 22 dez. 2025.

Resumo: Os sistemas de proteção social têm sua historicidade atrelada a conquistas e concessões da classe trabalhadora. A América Latina, reconhecida como a região mais desigual do mundo, tem na proteção social uma forma de enfrentamento às gravosas expressões da questão social e o ensejo pela diminuição das desigualdades sociais; contudo, a agenda neoliberal e neoconservadora contemporânea impõe desafios de grande monta à preterida garantia de direitos à coletividade. Nesse sentido, o presente ensaio de caráter qualitativo, produzido a partir de pesquisa bibliográfica e documental de nível exploratório, enseja problematizar as características assumidas pelos sistemas protetivos da América Latina (sobretudo de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). O eixo analítico da alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores foi eleito com vistas a desnudar a imperatividade da orientação neoliberal e das formas de neoconservadorismo nas agendas sociais dos referidos governos. O traçado deste panorama possibilitará a compreensão de como tais governos preconizaram, ou não, a proteção social, sobretudo no campo da política de saúde, educação e enfrentamento às expressões da pobreza.

Palavras-chave: proteção social; América Latina; governos progressistas e conservadores; neoliberalismo; neoconservadorismo.

Abstract: Social protection systems have their history tied to the achievements and concessions of the working class. Latin America, recognized as the most unequal region in the world, uses social protection as a way to address the serious manifestations of the social issue and the opportunity to reduce social inequalities. However, the contemporary neoliberal and neoconservative agenda poses significant challenges to the neglected guarantee of collective rights. In this sense, this qualitative essay, based on exploratory bibliographic and documentary research, aims to problematize the characteristics of social protection systems in Latin America (especially in Argentina, Brazil, Chile, and Uruguay). The analytical axis of the ideological and political alternation between progressive and conservative governments was chosen to expose the imperativeness of the neoliberal orientation and forms of neoconservatism in the social agendas of these governments. Outlining this panorama will enable us to understand how these governments advocated, or failed to advocate, social protection, especially in the areas of health policy, education, and combating poverty.

Keywords: social protection; Latin America; progressive and conservative governments; neoliberalism; neoconservatism.

Resumen: Los sistemas de protección social tienen una historia ligada a los logros y concesiones de la clase trabajadora. América Latina, sin duda la región



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil.

más desigual del mundo, utiliza la protección social como una forma de abordar las graves manifestaciones de la problemática social y como una oportunidad para reducir las desigualdades sociales. Sin embargo, la agenda neoliberal y neoconservadora contemporánea plantea importantes desafíos a la desatendida garantía de los derechos colectivos. En este sentido, este ensayo cualitativo, basado en una investigación bibliográfica y documental exploratoria, busca problematizar las características de los sistemas de protección social en América Latina (especialmente en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay). Se eligió el eje analítico de la alternancia ideológica y política entre gobiernos progresistas y conservadores para exponer la imperativa orientación neoliberal y las formas de neoconservadurismo en las agendas sociales de estos gobiernos. Delinear este panorama nos permitirá comprender cómo estos gobiernos promovieron, o no, la protección social, especialmente en las áreas de políticas de salud, educación y lucha contra la pobreza.

Palabras clave: protección social; América Latina; gobiernos progresistas y conservadores; neoliberalismo; neoconservadurismo.

Introdução

Nas últimas quatro décadas, tornaram-se notáveis significativas transformações no âmbito da proteção social latino-americana. Os processos de redemocratizações vivenciados por países da região ao término da década de 1980 os comprometeram com promessas civilizatórias de equidade, justiça social e endossamento das formas de enfrentamento às expressões da pobreza e da desigualdade socioeconômica comuns à conjuntura social da América Latina.

Em contraste ao contexto vivenciado na década de 1980, durante os últimos quarenta anos observou-se na realidade latino-americana a redução da pobreza, a melhoria na saúde básica da população e a ampliação da política educacional nos níveis de ensino obrigatório. Contudo, ensejava-se mais. A transposição da desigualdade social, a erradicação das perversas formas de superexploração do trabalho e a construção de uma união continental latino-americana que propiciasse a libertação das amarras da dependência econômica internacional eram/permaneceram promessas civilizatórias nascidas no bojo dos processos de democratização não efetivados.

A promessa de que as veias da América Lati-

na não estivessem mais abertas ao emergir do século XXI, mas sim cicatrizadas e direcionadas a potencializar o vigor econômico e político dessa região, tornou-se pauta revolucionária não efetivada e, por vezes, reprimida em meio aos interesses econômicos internacionais. A ordem globalizada e os estágios recentes do sistema capitalista – sob as nuances financeira e especulativa – tornam a América Latina o terreno fértil para o amortecimento das crises econômicas internacionais devido aos vigentes mecanismos de intercâmbio desigual e superexploração do trabalho (Marini, 1973).

Essa dinâmica é intrínseca ao agravamento da questão social latino-americana que se agrava em cenários econômicos desfavoráveis. Notavelmente, períodos de crescimento econômico – em âmbitos regional e mundial – possibilitaram à classe trabalhadora a ampliação do acesso a direitos e aos sistemas de proteção social. No entanto, o aceno de qualquer crise econômica possibilitou a expropriação das já incipientes garantias e o agravamento das expressões da questão vivenciada pela classe que vive do trabalho. Os sistemas de proteção social da região passaram por significativas mudanças diante da alternância de ciclos políticos (progressistas e conservadores)²; ademais, as mudanças políticas coadunaram-se com os ciclos econômicos recessivos e progressivos observados na América Latina. Desse modo, em ambos os cenários políticos e econômicos, a adoção da matriz teórica neoliberal se consolidou, produzindo degradantes rebatimentos ao tecido social e aos sistemas protetivos existentes. A presente produção busca analisar de que forma os lastros de proteção social da América Latina se transformaram nas últimas quatro décadas e em que medida a alternância de governos progressistas e conservadores mediou a incorporação da matriz teórica neoliberal proposta pelas agências multilaterais do desenvolvimento às políticas econômicas e sociais da América Latina.

² A respeito deste debate, vide tese de doutorado em Serviço Social intitulada "As veias constitutivas da proteção social na América Latina: as políticas sociais em tempos de governos de aportes ideológicos ora progressistas, ora conservadores" (Rodrigues, 2021).

A proteção social e a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores na América Latina

Nos últimos vinte e cinco anos do século XX, observou-se o aumento significativo dos escopos de proteção social na América Latina, no contexto de redemocratização e superação de regimes ditatoriais que há muito assolavam a região. O alastramento dos sistemas de proteção social propiciou a superação das históricas características assistenciais unicamente direcionadas ao trabalhador formal, tendo reorientado a atuação dos Estados com promessas civilizatórias, cidadãs e democráticas.

No entanto, esse processo não foi livre de contradições e tensões. O avanço do modo produtivo capitalista, ao suscitar a homogeneidade dos padrões de produção e consumo, determinou a decadência do "estatismo". Tal dinâmica é percebida mediante a intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos, coadunada à unificação financeira e monetária, a qual, inevitavelmente, desencadeia a perda de autonomia dos Estados. Tal perda é perceptível pela redução da efetividade das políticas econômicas e da precarização das políticas sociais. É diante dessas bases que se instaura a crise do Estado capitalista, a qual teve como resposta teórica e ideológica as teses monetaristas e neoliberais que passaram a nortear mundialmente as políticas econômicas (Soares, 2009).

Inegavelmente é perceptível o redirecionamento da ação do Estado nos tempos de intensificação da internacionalização dos mercados e dos sistemas produtivos sob a regência dos princípios teóricos neoliberais. Tais movimentos, acrescidos da histórica condição de dependência econômica latino-americana (exposta por Ruy Marini, 1973) e das frágeis experiências democráticas dessa região, acenam a uma perspectiva preocupante, especialmente no que tange à preterida proteção social.

Diante desse panorama, reconhecer as imbric-

ações existentes entre o avanço das orientações neoliberais e os redesenhos assumidos pela proteção social pressupõe resgatar os fatos que motivaram a ampliação da perspectiva teórica neoliberal diante da ação do Estado, bem como a construção de uma racionalidade neoliberal que passou a impregnar a conduta dos governantes e governados na América Latina e no mundo como um todo (Dardot; Laval, 2016). Dentre os marcos históricos que possibilitaram o alastramento do neoliberalismo, estão o enfraquecimento do *Welfare State* nos países centrais e a crise do petróleo aguçada na década de 1970.

As orientações neoliberais espraiadas pelo Consenso de Washington (1989) e os ajustes decorrentes não foram efetivados da mesma forma entre países centrais e periféricos, visto que os primeiros "transferiram sua crise para a periferia via dívida externa, mantendo protegidas suas economias" (Soares, 2009, p. 14). A tendência ao deslocamento do ônus das crises das economias centrais aos países periféricos é uma prática desnudada pela Teoria da Dependência com seus conceitos de transferência de valor e intercâmbio desigual (Luce, 2018). Ademais, no que tange à inferência da matriz neoliberal nas políticas econômicas e sociais, observa-se que as respostas ofertadas pelo neoliberalismo contemplaram a reestruturação produtiva, o ajuste fiscal e o fomento da financeirização econômica (abertura e flexibilidade dos mercados).

Tais fatores resultaram em um novo estágio do processo de globalização, em que contradições do mundo do capital e diferenças entre o centro e a periferia, sobretudo no âmbito social e econômico, foram agudizadas. Iniciou-se um novo ciclo de expansão da taxa de lucros em um contexto de fragilidade dos trabalhadores com um custo social alto (Behring, 2007). A respeito das políticas sociais, o ajuste ditado pelas agências multilaterais do desenvolvimento em sua premissa neoliberal³ previa a redução do déficit público com o corte de gastos no custeio da má-

³ A adoção da matriz teórica neoliberal nos países latino-americanos diante das suas políticas econômicas ocorreu sob a influência direta das agências multilaterais de desenvolvimento, especialmente através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); do Banco Mundial (BM); do Fundo Monetário Internacional (FMI); da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) – mediante

quina administrativa, a redução dos subsídios ao consumo popular, a retração do custo *per capita* dos programas existentes, a reorientação da política social para a saúde primária e a educação básica (compreendidos como mínimos sociais), a focalização das políticas nos grupos em extrema pobreza (Pereira, 2018). Nesse sentido, houve a "[...] incorporação de saúde primária e educação básica como insumos mínimos indispensáveis ao aumento da produtividade dos pobres no Terceiro Mundo e à formação de capital humano" (Pereira, 2018, p. 191)⁴.

Neste sentido, as orientações para o ajuste estrutural neoliberal propostos às economias periféricas ocasionaram a perda da substância da soberania dos Estados Nacionais. A meta de concorrer na economia globalizada implicou a contenção do mercado interno, o bloqueio do crescimento dos salários dos trabalhadores (e dos demais direitos sociais), a aplicação de políticas macroeconômicas monetaristas (altas taxas de juros), ocasionando o desaparecimento de pequenas empresas e empregos. O impacto negativo desses ajustes suscitou a expropriação dos direitos da classe trabalhadora latino-americana, degradando sua condição de vida e o acesso a mínimos existenciais.

Diante dessa realidade, o "êxito" da nova roupagem das ideias liberais se materializou no âmbito político, mediante a conquista do poder pelas forças do neoliberalismo; no âmbito econômico, no que se refere ao rápido crescimento do capitalismo financeiro mundializado; e no âmbito social, diante da individualização das relações sociais na contramão das solidariedades coletivas, bem como da polarização de classes e, por fim, sob o aspecto subjetivo, com o surgimento de um novo sujeito social e o desenvolvimento de novas patologias (Dardot; Laval, 2016).

Nesse sentido, ao estender a lógica do capital a todas as esferas da vida, o neoliberalismo condicionou a nova razão do mundo (do micro ao macro) através de uma racionalidade. Nesse

ponto, compreende-se que "[...] a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo" (Dardot; Laval, 2016, p. 17). De tal modo, nada escapa à racionalidade neoliberal, nem mesmo a atuação do Estado.

Inegavelmente, o neoliberalismo interfere no contexto dos Estados Nacionais, direcionando a sua atuação ao mercado internacional e às requisições de advindas dessa dinâmica. A autonomia do Estado Nacional retroage, visto que, ao se pautar por ingerências e ditames internacionais, passa a fomentar as estruturas, os incentivos fiscais, a liberalização e a desregulamentação interna, com vistas à competitividade no mercado de investimentos internacionais. Desse modo, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, de desmonte dos sistemas de proteção social, de regressão dos direitos trabalhistas e de privatização do que é público tornam-se a agenda do dia, de forma consoante às exigências propostas por organismos internacionais e agências multilaterais do desenvolvimento.

A atuação do Estado deixa de ter como prioridade a defesa do interesse coletivo e se volta ao resguardo dos interesses particularistas atinentes ao poder econômico internacional. A subalternização do poder político nacional ao poder econômico mundializado é perceptível. Nesse sentido, tem-se "[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento, com claras tendências antidemocráticas" (Behring, 2007, p. 60).

Diante desse cenário, observa-se a adoção de três ordens de ingerências que caracterizam o conjunto de políticas adotadas na América Latina e Caribe desde 1990, no intuito de se inserir na nova ordem mundial globalizada: reformas administrativas, previdenciárias e fiscais; adoção

caráter de recomendações e estabelecimento de tratados e acordos.

⁴ Evidencia-se, nesse momento, o primeiro enlace dos delineamentos da proteção social com as teses do capital humano e do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen (2010).

de políticas macroeconômicas relacionadas aos programas de corte nos gastos públicos; adoção de políticas microeconômicas, com vistas a desonerar o capital, aumentando a sua competitividade no mercado internacional; mudança no modelo de industrialização adotado pelos países latino-americanos a partir de 1950, com vistas à retomada do crescimento econômico (Lima *et al.*, 2014, p. 43).

É através das reformas⁵ incorporadas pelos Estados que os sistemas protetivos são reformulados, especialmente os de seguridade social, mantendo a prevalência do trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração e desresponsabilização) na execução das ações. Nesse sentido, as políticas sociais se tornaram ações pontuais e compensatórias (Behring; Boschetti, 2011). Ao encontro de tais premissas, "[...] o novo padrão de regulação estatal substitui as políticas de integração de cunho universalista e distributivo pelas chamadas políticas de inserção, de caráter residual, focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis [...]" (Reis *et al.*, 2014, p. 43).

O desmonte dos sistemas de proteção social da América Latina, os quais há muito se mostram insuficientes, assume passos largos na atualidade. Acresce a esse cenário a atuação dos Estados da região, diante da condução de políticas econômicas e sociais atreladas à incorporação dos receituários neoliberais das agências multilaterais. Nesse sentido, ao se reconhecer a intrínseca e orgânica relação existente entre a proteção social e a atuação do Estado, inevitavelmente, a análise da alternância de governos se torna outra categoria importante dessa análise.

A mudança dos regimes autoritários para a ordem plural democrática fez com que as novas democracias se tornassem construções inacabadas, que, de forma dialética, combinaram elementos do novo regime com outros comuns

ao legado autoritário. Ademais, a década de 1980 presenciou uma grave crise econômica e a ampliação dos efeitos das políticas de ajuste neoliberal consideradas a solução para a recessão e a modernização dos países. Inevitavelmente, esse cenário produziu deletérios impactos sociais que enfraqueceram as expectativas em relação às democracias emergentes, sucumbindo às promessas de diminuição da desigualdade social e da pobreza.

Além do mais, a histórica questão política latino-americana contribui para esse panorama, atravessado por contradições expressas pela coalisão entre as elites políticas e econômicas (oligarquias nacionais), que distancia os governos democráticos do interesse público e da representatividade da classe trabalhadora. Desse modo, mesmo na ordem democrática, "[...] O acesso aos recursos do Estado se deu de maneira limitada e constituíram-se privilégios para algumas classes através do estabelecimento de redes corporativas e clientelistas" (Oliveira, 2018, p. 58). Sendo assim, foi no contexto de redemocratização dessa região que revezes conjunturais alicerçados na legitimação da acumulação capitalista periférica e no processo de liberalização política acoplado à liberalização econômica comprometeram significativamente a qualidade destas democracias.

É sabido que o movimento pré e pós-democrático na região se consolidou diante de alternados ciclos políticos conservadores e progressistas, os quais possuíram estreita relação com os ciclos econômicos em voga e os modelos de desenvolvimento eleitos. Acerca dos modelos de desenvolvimento, destaca-se que nas três primeiras décadas do século XX se consolidou o momento demarcado pelo modelo liberal, agroexportador, com a presença das oligarquias no poder. Posteriormente, diante do período compreendido entre a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, vislumbrou-se o estabelecimento de um

⁵ Essas medidas impactaram diretamente os escopos protetivos latino-americanos. As políticas universais incipientes disputam o fundo público com medidas de investimento à base produtiva, comumente perdendo espaço e deixando de tornar-se uma agenda dos Estados. "A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos. A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social" (Salvador, 2010, p. 2).

novo modelo pautado no forte papel do Estado na economia. Nesse momento, o nacional desenvolvimentismo surgiu da crise da hegemonia norte-americana e da sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. O período conhecido como "populista" ou de nacional-desenvolvimentismo estendeu-se das décadas de 1930 e 1980, porém, haja vista seu esgotamento e sua crise, adentrou-se as décadas de 1980 e 1990 diante da eminência da reconfiguração neoliberal, acompanhada pelo fenômeno da globalização (Oliveira, 2018).

Algum tempo depois, devido ao avanço da matriz neoliberal e ao agravamento de seus impactos no âmbito social, nota-se sua corrosão e a eleição de líderes políticos progressistas nos governos da América Latina. Os alternos e dialéticos ciclos progressistas e conservadores na cena política poderiam ser analisados sob outra perspectiva analítica, a qual os compreende sob a face de ciclos de esquerda e de direita. Contudo, compreende-se que a especificidade dessa região impede que essas definições contemplem a complexidade da realidade política latino-americana.

O autor Norberto Bobbio (1998) inova ao questionar os conceitos políticos clássicos de esquerda e de direita. Para Bobbio, direita e esquerda não se resumem a ideologias, mas sinalizam programas contrários em relação a problemas cuja resolução depende da ação política. Nesse sentido, reconhece-se que as complexidades dos movimentos políticos contemporâneos suscitam a análise de novas interpretações. Trata-se de transcender as explicações tradicionais e reconhecer a contradição que imbrica as tendências políticas de esquerda e direita, metamorfoseando-as e, por vezes, unindo-as. A respeito dessas contraditórias tensões ideológicas, especialmente no que diz respeito às uniões outrora intangíveis, situam-se os conceitos de pluripartidarismo e coalizões.

Em referência à perspectiva de Bobbio, neste ensaio, utilizam-se as terminologias "conser-

vadores" e "progressistas" em vez de a díade "esquerda e direita", por conceber-se que essa primeira perspectiva contempla as mudanças dos sistemas políticos contemporâneos, especialmente os latino-americanos, imbricados pela heterogeneidade ideopolítica. A esse respeito, "[...] o termo conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras" (Bobbio, 1998, p. 242). Quanto ao significado da terminologia progressista, "[...] evidenciaria uma atitude otimista quanto às possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização humana e do indivíduo" (Bobbio, 1998, p. 243).

Desse modo, a análise proposta neste ensaio associa a alternância de poder nos Estados aos impactos no delineamento de políticas econômicas e sociais. No âmbito da proteção social e das políticas sociais, vislumbra-se a tentativa de incorporação das agendas ideopolíticas – que, em tese, são representativas da coletividade que promoveu a elegibilidade desse projeto de governo – na ação pública. Nesse sentido, a questão social se torna um problema político ao se "requererem soluções por meio dos instrumentos tradicionais da ação política, isto é, da ação que tem por finalidade a formação de decisões coletivas que, uma vez tomadas, passam a vincular toda a coletividade" (Bobbio, 1995, p. 40). Ao se apresentarem como um problema político e requisitarem a ação política, as expressões da questão social deixam de integrar exclusivamente pautas progressistas, tal como historicamente observado. Identifica-se que esses temas envolvem a coletividade, integram as agendas políticas de partidos e as coalizões vinculadas às concepções progressistas e conservadoras, de diferentes formas e em diversas proporções.

O processo civilizatório que possibilitou o reconhecimento das liberdades e dos direitos fundamentais tensionou o sistema político e seus atores a incorporarem pautas de bem-estar, tornando-se anticivilizatória a sua não preconização. Sob tal prisma, a pobreza, a fome, as devastações am-

bientais da Amazônia no Brasil, trabalho escravo, genocídios, racismo e xenofobia, dentre tantos outros exemplos, deixam de integrar exclusivamente as agendas políticas progressistas para serem contemplados também por agendas conservadoras. A esse respeito, Bobbio (1995, p. 47) é categórico ao afirmar que as clássicas definições e pautas específicas da esquerda e da direita são ficções: tanto os adeptos de direita como os de

esquerda “dizem, no fim das contas, as mesmas coisas, formulam, para uso e consumo de seus eleitores, mais ou menos os mesmos programas e propõem os mesmos fins imediatos”.

Desse modo, e ao encontro destas análises, o quadro 1 elucida a alternância de governos progressistas e conservadores eleitos que compuseram os distintos ciclos políticos da América Latina nas últimas três décadas.

QUADRO 1 – Ciclos políticos progressistas e conservadores na América Latina

Países	1º Ciclo – Cariz Neoliberal e Conservador	2º Ciclo – Cariz Neoliberal e Progressista	3º Ciclo – Cariz Neoliberal e Neoconservador
Argentina	Carlos Menem; Fernando de La Rúa; Adolfo Saá; Eduardo Duhalde (1990 a 2002)	Néstor Kirchner; Cristina Kirchner (2003 a 2014) Alberto Fernández (2020 – atual)	Mauricio Macri (2015 a 2018)
Brasil	Fernando Collor; Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso (1990 a 2002)	Lula da Silva; Dilma Rousseff (2002 a 2015)	Michel Temer (2016 a 2018) Jair Bolsonaro (2019 – atual)
Chile	Patricio Aylwin; Eduardo Frei (1990 a 1999)	Ricardo Lagos; Michelle Bachelet (2000 a 2009 e 2014 a 2018)	Sebastián Piñera (2010 a 2013) (2018 – atual)
Uruguai	Luis Lacalle; Julio Coirolo; Jorge Batlle (1990 a 2004)	Tabaré Vázquez; José Mujica (2005 a 2014)	Lacalle Pou (2020 – atual)

Fonte: sistematização da autora (2021).

Em análise aos governos conservadores eleitos ao longo da década de 1990, nota-se que, apesar da expectativa por projetos democráticos e populares, preservou-se a continuidade das elites e oligarquias nacionais vinculadas ao capital internacional – anteriormente atreladas aos ditadores civis e militares – no poder político nacional. A guinada conservadora significou a manutenção dos privilégios das elites, da dependência econômica dos países latino-americanos e a adoção integral da matriz teórica neoliberal.

Na área social, consolidou-se o 1º Ciclo de proteção social, caracterizado como neoliberal e conservador. Durante esse período, poucos avanços no desenvolvimento social e econômico foram notados. Crises econômicas nacionais agravaram o descrédito coletivo e possibilitaram o fortalecimento de partidos políticos vincula-

dos às classes trabalhadoras e aos movimentos populares. A guinada progressista emerge em um cenário de esperança pela diminuição das desigualdades e redução da pobreza na América Latina.

A maré-rosa e progressista latino-americana⁶ “surgiu como uma reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul” (Santos, 2018, p. 1), contudo, ficou limitada à sua proposta inicial revolucionária. A “maré-rosa” representou a ascensão política dos governos progressistas de Néstor e Cristina Kirchner (Argentina); Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Brasil); Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai); Ricardo Lagos e Michelle Bachelet (Chile) – iniciada ao final da década de 1990 e ampliada na década de 2000⁷.

No campo social, os governos progressistas

⁶ A esse respeito, destaca-se a obra *Uma História da onda progressista sul-americana (1998-2016)*, de autoria de Fábio Luis Barbosa Santos. Em ensaio que compreende onze artigos, o autor esmiúça a realidade política dos países latino-americanos que vivenciaram a emergência de governos progressistas nas últimas duas décadas.

⁷ Destacam-se os países objeto de análise deste ensaio.

inauguraram o 2º Ciclo de proteção social da região, ora caracterizado como neoliberal e progressista. Apesar dos significativos progressos nas políticas sociais, também foram notáveis as renúncias aos ideais revolucionários e contra-hegemônicos, mediante o estabelecimento de políticas econômicas extrativistas que endossaram a condição dependente e periférica latino-americana, especialmente devido à sua inserção ao sistema-mundo capitalista fundamentada em acordos desiguais. A dimensão ideopolítica intrínseca à disputa política integra essa relação de forma a endossar o intercâmbio desigual. Nesse cenário, as agências multilaterais do desenvolvimento também figuram como fomentadoras dessas relações, diante dos ajustes econômicos sugeridos às economias periféricas.

Durante a ascensão progressista, vislumbrou-se uma postura moderada e conciliatória, distante da clássica esquerda, referendando a articulação entre neoliberalismo e progresso como um caminho inevitável. "O resultado foram projetos de mudança que aceitaram os parâmetros da ordem que haviam herdado, visando renegociar em melhores termos a inserção mundial de seus países e a situação dos 'excluídos' que frequentemente representaram" (Santos, 2018, p. 1). Sob tal prisma, percebeu-se que a onda progressista latino-americana⁸ foi simultaneamente progressista e conservadora:

Esta via referendou a articulação prevalente entre neoliberalismo e progresso. A onda progressista foi neoliberal não somente porque se subordinou à ditadura do ajuste estrutural, mas porque introjetou a razão do mundo que a caracteriza, reduzindo a política a técnicas de gestão balizadas por uma lógica mercantil. Ao mesmo tempo, foi progressista, não por ser necessariamente de esquerda, mas porque partilhou de uma visão de mundo que identifica o combate ao subdesenvolvimento com o crescimento econômico, versão periférica da ideologia do progresso (Santos, 2018, p. 2).

Desse modo, a cíclica alternância de governos progressistas e conservadores na América

Latina precisa ser analisada diante dos aspectos conjunturais que a circundam, "os governos progressistas articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado" (Santos, 2018, p. 14). A partir da tendência mundial, os governos progressistas da região aparecem como tentativas de civilizar o trem da história recorrendo ao bom senso e à conciliação. Acreditou-se que era possível domesticar o desenvolvimento capitalista na periferia ou, ao menos, modular a sua velocidade e a sua direção. Sem questionar o trilho, adotaram como norte o crescimento econômico, referindo-se ao paradigma do desenvolvimento das forças produtivas. Como resultado, no lugar de "puxar o freio do trem do progresso", como dizia Walter Benjamin (*apud* Santos, 2018, p. 16), esses governos o aceleraram. Em vez de conduzi-lo, foram por ele arrastados, e, em alguns casos, defenestrados.

A realidade contemporânea recente sinaliza a emergência e o fortalecimento de regimes neoconservadores na América Latina, tal como se pode observar na realidade política de países como Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Paraguai, Peru, Haiti, Suriname, Belize, Dominica, entre outros. A guinada ideopolítica neoconservadora de países da América Latina se aproxima do movimento observado na cena mundial: "nos últimos anos, diversos países de todos os cantos do mundo foram acometidos por uma espécie de nacionalismo de extrema-direita. A lista inclui Rússia, Hungria, Polônia, Índia, Turquia e Estados Unidos" (Stanley, 2018, p. 13). Essa mudança se iniciou no contexto latino-americano⁹, mediante a eleição de Sebastian Piñera e Mauricio Macri, no Chile e na Argentina respectivamente, nos anos de 2010 e 2015, e foi sucedida pelas eleições de Michel Temer (2016) e Jair Bolsonaro (2019) no Brasil e Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai (2020)¹⁰. Os motivos indicados para o fortalecimento da onda

⁸ A onda progressista latino-americana também ficou conhecida como a "maré-rosa".

⁹ Não foram aqui mencionados os países e os governos que não foram objetos de análise deste ensaio.

¹⁰ Ressalva-se que ambos os governos possuem divergências ideológicas entre si; alguns deles se situam em espectro políticos neoconservadores mais amenos e outros, tal como Jair Bolsonaro, em espectros neofascistas.

neoconservadora atrelam-se à emergência da crise econômica em alguns países da região, ao acirramento dos escândalos de corrupção política e econômica, e à diminuição dos preços das matérias-primas (imprescindíveis para a economia latino-americana).

O acirramento da polarização ideológica na América Latina impactará diretamente as políticas econômicas e sociais adotadas, reconfigurando as agendas sociais preconizadas pelos governos progressistas. Camila Potyara Pereira (2020) cunhou o conceito "nova direita" para referir-se à ascensão conservadora recente. Contudo, neste ensaio, optou-se pela categoria "neoconservadorismo" por se compreender que se trata de um fenômeno novo, em que a conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo resulta em roupagens até então desconhecidas. Nesse sentido, em consonância com Brown (2019), depreende-se que o neoconservadorismo emergiu no campo político após a consolidação da racionalidade neoliberal como via de mobilização de forças antidemocráticas: "nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido na lei, cultura política e subjetividade política" (Brown, 2019, p. 9).

Ao se compreender o neoliberalismo como um "[...] um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático do Estado" (Brown, 2019, p. 23), chega-se às pistas explicativas para a ascensão conservadora em um cenário de crise estrutural do capital. A manutenção de hierarquias, os sistemas de privilégios elitistas e as desigualdades sociais se tornam valores intrínsecos à guinada neoconservadora.

Observa-se a eminência do descontentamento de elites para com os avanços propostos por governos progressistas, especialmente no âmbito social, visto que qualquer ensejo direcionado a pautas igualitaristas se tornou uma ameaça a privilégios e posições sociais. Não estranhamente, o neoconservadorismo traz consigo um forte apelo moralizante que captura amplos segmen-

tos sociais e se atrela a preceitos individualistas, excludentes e estigmatizantes. A esse respeito, nota-se que "os sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antisemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos cristãos antisseculares, adquiriram bases políticas e legitimidade inimagináveis há uma década. Políticos oportunistas surfam nesta onda" (Brown, 2019, p. 9).

Em análise aos políticos oportunistas que "surfam a onda" neoconservadora, observa-se a emergência de governos identificados com o fascismo e o neofascismo político no contexto latino-americano, tal como Jair Bolsonaro no Brasil. Dessa forma, "A política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, a propaganda, o anti-intelectualismo, a irrealidade, a hierarquia, a vitimização, a lei e ordem, a ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e a desarticulação da união e do bem-estar público" (Stanley, 2018, p. 14).

Nesse sentido, mediante estratégias de repúdio ao conhecimento científico, apelos à ideia de patriotismo e nacionalismo, atreladas ao saudosismo de um passado mítico (e inexistente), constroem novas narrativas que, ao desarticular a união e o bem-estar público, promovem discursos racistas, homofóbicos, xenofóbicos e excludentes, impactando os sistemas protetivos de forma exponencial. Observa-se que "essas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo: favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado Social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade" (Brown, 2019, p. 10).

Os resultados da conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo que propiciaram o surgimento de um 3º Ciclo de proteção social na América Latina ainda são uma incógnita. Trata-se de um processo em curso que já demonstra o seu alto teor nocivo no que concerne ao desmantelamento dos sistemas de proteção social existentes e ao endossamento da expropriação dos direitos da classe trabalhadora (especialmente mediante reformas trabalhistas). Ademais, o acirramento da dependência econômica dos países da região, mediante o agravamento de ações extrativistas

promovidas pelo capital – especialmente o financeiro –, se torna um grande desafio. Diante deste complexo cenário, o próximo item deste ensaio irá problematizar dados documentais inerentes à evolução dos sistemas protetivos da região nas últimas três décadas.

Análise dos ciclos de proteção social da América Latina nas últimas três décadas

Indubitavelmente, o caráter economicamente dependente da América Latina possibilitou que os seus ciclos econômicos condicionassem os ciclos políticos, os quais, por sua vez, produziram as particularidades nos ciclos da proteção social. A esse respeito, tanto a crise econômica da década de 1990, resultante da conhecida "crise da dívida externa" da década de 1980, quanto a recente "crise das *commodities*" observada em meados de 2013 possibilitaram o endossamento das medidas de austeridade neoliberal e da consequente redução do gasto social público (GSP) no campo social, produzindo o cenário político necessário para a emergência conservadora (e neoconservadora) em repúdio a projetos políticos progressistas. Como de costume, nessas temporalidades, o ônus da crise econômica recaiu sobre a classe trabalhadora mediante a expropriação dos seus direitos e a minimização da atuação do Estado na proteção social.

Em contraste, a emergência dos governos progressistas se atrelou ao surgimento de um cenário econômico favorável, o "superciclo das *commodities*", iniciado nos anos 2000. O crescimento econômico desse momento possibilitou o aumento do GSP e a restrição a algumas medidas de austeridade neoliberais, criando condições para a reafirmação das promessas civilizatórias progressistas e a ascensão política da *maré-rosa* latino-americana.

Ao desvendar as correlações entre os ciclos econômicos e os ciclos políticos da região, não se pode defender a existência de ciclos de proteção social genuinamente latino-americanos

alicerçados nas necessidades da classe trabalhadora dessa região. Nota-se que, comumente, a proteção social serviu como sustentáculo para os interesses de mercado perante a reprodução da força de trabalho, bem como para o apaziguamento das expressões da questão social mais gravosas vivenciadas pela classe trabalhadora e objetos de reivindicação. Transitando do cariz assistencial à compleição de direito e entre concessões e conquistas oriundas da luta social, observa-se que o trato destinado à questão social oscilou temporalmente a partir da perspectiva ideopolítica hegemônica, estando subjugada à ingerência das recomendações proferidas pelas agências multilaterais do desenvolvimento às regiões periféricas do globo. Em linhas gerais, observa-se a eminência de três grandes ciclos dos sistemas protetivos na América Latina das últimas três décadas: o 1º Ciclo: Neoliberal e Conservador, iniciado na década de 1990; o 2º Ciclo: Neoliberal e Progressista, iniciado a partir dos anos 2000; o 3º Ciclo: Neoliberal e Neoconservador, iniciado nos anos de 2010 e 2015 (temporalidades diferentes entre os países pesquisados).

As denominações atribuídas aos diferentes estágios dos sistemas protetivos emergiram da aferição de ciclos com temporalidades históricas diversas e características comuns no âmbito da proteção social. A esse respeito, e em consonância ao movimento dialético da história, constata-se a mudança de substância dos escopos protetivos ao longo das três décadas analisadas, contudo, também se observam continuidades, tal como a persistência da inferência da matriz neoliberal nos distintos períodos. A ascensão progressista no campo protetivo foi contemporânea à *maré-rosa* no campo político, contudo, ambas foram transpostas pela emergência do ciclo neoconservador na arena política e social, demarcando o início de uma nova temporalidade histórica para a proteção social. Nesse sentido, o quadro 2 propõe a síntese das caracterizações gerais dos referidos ciclos protetivos e do contexto sociopolítico que possibilitou sua materialização.

QUADRO 2 – Ciclos de proteção social da América Latina nas últimas três décadas

	Ciclo	Contexto sociopolítico	Caracterização da proteção social
1990	1º Ciclo Prote-tivo – Neoliberal e Conservador	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fragilização do ideário socialista pós dissolução da União Soviética ▶ Imperialismo, globalização e capitalismo financeiro ▶ Ascensão do Neoliberalismo ▶ Período de democratização dos países latino-americanos (pós ditaduras civis e militares) ▶ Eleição de governos conservadores aliados às elites nacionais ▶ Instabilidade econômica latino-americana; crises (locais e regionais) ▶ Ajustes estruturais e reformas ▶ Precarização do trabalho e rebatimentos na reestruturação produtiva ▶ Agravamento de expressões da questão social – pobreza e desigualdade social 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Políticas residuais, assistenciais e associadas à solidariedade social ▶ Perspectiva familista em detrimento à garantista em PS ▶ Focalização dos serviços em atividades essenciais (grupos mais pobres e demandas mais gravosas) ▶ Frágil compleição de direito e cidadania vinculada à PS ▶ Reformas e redução do gasto social público em PS¹¹ ▶ Privatizações – mercadorização da saúde e educação ▶ Descentralização e incorporação de princípios gerenciais de gestão na PS ▶ Minimização do Estado na PS; responsabilização do terceiro setor ▶ Criação dos primeiros PTRC ao término da década
2000	2º Ciclo Prote-tivo – Neoliberal e Progressista	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Consolidação do capitalismo financeiro e do processo de globalização ▶ América Latina em posição econômica dependente na cena internacional ▶ Superciclo das <i>commodities</i> após 2000, crescimento econômico região e desenvolvimentismo ▶ Início da <i>maré-rosa</i> latino-americana ▶ Eminência de crises: crise mundial (2007-2008) e crise na região (após 2013) ▶ Elites e mercado – políticas de acordos com governos progressistas ▶ Diminuição da pobreza e desigualdade econômica 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Período mais próspero à PS na região ▶ Aumento dos escopos de PS pública e aumento do gasto social público ▶ Incorporação de agendas progressistas e atenção a grupos minoritários na política social e legislações ▶ Difusão dos PTRC na região ▶ Melhora dos indicadores sociais ▶ Políticas sociais focalizadas, seletivas e adeptas ao <i>workfare</i> ▶ Diminuição das linhas de pobreza
2010/2015 atual	3º Ciclo Prote-tivo – Neoliberal e Neoconservador	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Crise econômica (crise das <i>commodities</i>) ▶ Enfraquecimento da <i>maré-rosa</i> progressista ▶ Ascensão política conservadora na AL¹² e mundo (eleição Trump, acordo Brexit na Europa) ▶ Precarização do trabalho (reformas) ▶ Pandemia de Covid-19 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Aumento das linhas de pobreza e desigualdade social ▶ Diminuição do gasto social público ▶ Reformas e reordenamento dos programas e serviços existentes indicando a minimização da atuação do Estado ▶ Rechaçamento das agendas progressistas ▶ Endossamento da iniciativa privatista nas áreas sociais (especialmente educação e saúde) ▶ Mudança das concepções de direito – fortalecimento da meritocracia da perspectiva familista e do discurso neoconservador

Fonte: sistematização da autora (2021).

¹¹ Sigla Proteção Social.

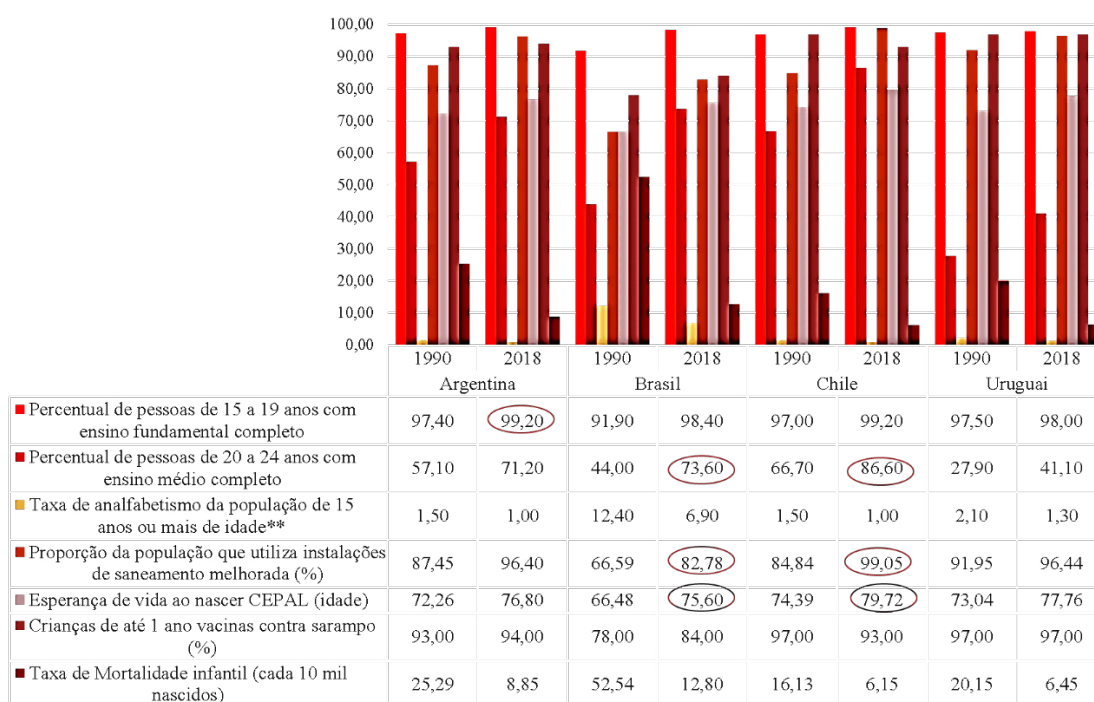
¹² Sigla para América Latina.

Diante do exposto e em análise aos resultados oriundos da alternância de governos progressistas e conservadores na América Latina, pode-se aferir que a emergência de governos progressistas na região possibilitou o alargamento dos escopos de proteção social existentes, bem como o endossamento do gasto social público, a incorporação de agendas progressistas nos planos de governo e a melhora nos indicadores sociais nacionais. Por outro lado, os governos conservadores também viabilizaram incorporações no campo protetivo, contudo o fizeram mediante ínfimo incremento no gasto social público, limitada adoção de agendas progressistas e implementação de novas frentes interventivas. Observou-se que a mobilização popular foi determinante para que governos progressistas e conservadores alinhassem as suas prioridades de agenda pública aos interesses da coletividade.

de. Ademais, notou-se que o poder econômico também produziu ingerências determinantes nos lastros protetivos, ao passo que a mercadorização de áreas específicas (tal como educação e saúde) se consolidou nos governos de ambos os espectros ideológicos. Essa situação sugere a significativa subalternização dos Estados e dos governos aos interesses da dinâmica capitalista.

A esse respeito, o gráfico 1 apresenta o comportamento dos indicadores sociais de saúde e educação nas últimas três décadas em países latino-americanos que possuíram a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores. A tendência observada é de melhora geral dos indicadores longitudinais ao longo das últimas três décadas, com destaque aos saltos qualitativos observáveis mediante a ascensão de governos progressistas.

Gráfico 1 – A evolução dos indicadores sociais nas últimas três décadas



Fonte: informações sistematizadas pela autora a partir de CEPALSTAT (2019-2020).

Dentre as características assumidas pelos sistemas protetivos durante o 1º Ciclo de cariz Neoliberal e Conservador, observa-se que os governos conservadores da década de 1990 produziram ínfimos incrementos no campo protetivo,

especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, tal como será detalhado a seguir. No campo da assistência social, verificou-se a continuidade à histórica perspectiva do assistencialismo e do fortalecimento do solidarismo

endossado pela atuação da sociedade civil e das instituições caritativas e filantrópicas. Agendas associadas ao enfrentamento à fome se efetivaram restritamente ao término da década como uma resposta às expressões da questão social mais gravosas endossadas pela crise econômica da década anterior. Nesse lapso temporal, observam-se, também, as primeiras tentativas dos governos da região em atender as orientações das agências multilaterais do desenvolvimento quanto às questões da pobreza e da fome.

No âmbito da política de saúde, observam-se tendências à efetivação de reformas, à limitação do gasto social público, ao fomento à descentralização administrativa e à incorporação de preceitos gerenciais na área. Ademais, ressalva-se a amplitude assumida pela iniciativa privada pela lógica do subvencionamento e das parcerias público-privadas, dinâmica que endossou e consolidou os caminhos para a mercadorização do direito à saúde e agravou o tensionamento entre projetos privatistas e universalistas. Observou-se que, em grande medida, os serviços existentes se direcionaram aos grupos mais empobrecidos e às demandas mais gravosas da população, comumente associadas às frentes de ação elucidadas pelas recomendações internacionais, tal como o fomento à vacinação, a atenção à saúde materno infantil e o controle de doenças transmissíveis (devido à pandemia e HIV/AIDS).

Nesse mesmo lapso temporal, a atenção destinada à política de Educação pressupôs a execução de reformas, a incorporação dos preceitos gerenciais na gestão, a implementação de processos de privatização, o acesso ao financiamento internacional e o fomento à descentralização administrativa. O incentivo ao ensino profissionalizante a partir das necessidades do mercado de trabalho e a ampliação da educação básica também foram agendas incorporadas pelos governos de ambos os países analisados neste ensaio. A erradicação do analfabetismo, a ampliação do ensino secundário e a redução

das desigualdades escolares foram agendas não contempladas na sua integralidade.

Destarte, durante o 2º Ciclo dos Sistemas Protetivos, ora nominado Neoliberal e Progressista, iniciado em meados dos anos 2000, observou-se no âmbito da assistência social o aumento do gasto social público e a ampliação dos programas de transferência de renda condicionada (PTRC)¹³. Nesse sentido, a consolidação desses programas e a adoção de mecanismos gerenciais de focalização e seletividade dos usuários foram endossadas em atenção às recomendações das agências multilaterais para o período. O investimento na articulação intersetorial das políticas de assistência social, saúde e educação possibilitou a melhora geral dos indicadores sociais dessas áreas e a diminuição exponencial das linhas de pobreza.

Esse cenário possibilita aferir que os governos progressistas lograram os maiores avanços no âmbito da diminuição da pobreza e da redução da desigualdade social. Tais êxitos foram possibilitados pelo cenário econômico favorável e pela priorização dos PTRC na região. Em que pese tais avanços, cabe a ressalva de que a erradicação da fome e o fomento de políticas econômicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável se tornam questões não solucionadas. Ademais, o cenário de recessão econômica observável no posterior – 3º Ciclo de PS – demonstra a eminência de retrocessos nas agendas de erradicação da pobreza e a diminuição da fome a partir do ano de 2013. Diante dessa realidade, cabe ponderar em que medida os avanços conquistados no 2º Ciclo permitiram mudanças permanentes e estruturais ou se limitaram às medidas provisórias e paliativas às questões mais gravosas, tornando-se suscetíveis à regressão, diante da emergência de ciclos econômicos e políticos desfavoráveis.

Destarte, no âmbito da educação, observa-se que os países pesquisados nesse lapso temporal (anos 2000) aumentaram o gasto social público na área e fomentaram a ampliação da educação

¹³ A esse respeito, ressaltam-se os PTRC Chile Solidário (Chile) e Chile cresce contigo; Bolsa Escola e Bolsa Família (Brasil); Jefas y Jefes de Hogar Familias por la Inclusión Social e Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (Argentina); Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social (Uruguai).

pública no ensino básico, secundário e técnico/profissionalizante. O Chile e o Uruguai indicam particularidades, visto já possuírem ampla cobertura do ensino obrigatório e despontarem como referência em qualidade educacional na região. A Argentina e o Brasil produziram inovações ao reformar legislações educacionais priorizando pautas progressistas, dentre as quais se destacam a ênfase à educação inclusiva, à educação infantil e à adoção de tecnologias na educação.

O acesso ao ensino secundário (médio) não mostrou resultados salutaros em nenhum dos países pesquisados, em que pese a sua significativa ampliação, especialmente na realidade brasileira. A diminuição do analfabetismo também logrou avanços apesar de não ter resultado em sua erradicação. Destarte, a recomendação das agências multilaterais recorrente associada à ampliação do ensino profissionalizante e técnico foi difundida entre todos os países pesquisados, sugerindo a forte influência da teoria liberal de Amartya Sen.

O avanço do ensino superior foi incorporado por alguns países, especialmente por Brasil e Uruguai, nos quais se constata a criação de universidades públicas e de redes federais de ensino tecnológico. Nesse campo, observa-se a prevalência da atuação do setor privado, especialmente nas realidades brasileira, argentina e chilena, cujos sistemas de subvencionamento público foram bastante difundidos (custeio público de vagas em instituições privadas). No âmbito da gestão, vislumbra-se que ambos os países aderiram aos sistemas gerenciais de gestão e avaliação da política educacional. Ademais, em referência à participação de entes privados na área (igualmente objeto de recomendação das agências multilaterais), constata-se a dificuldade e/ou o desinteresse dos governos progressistas em deter o avanço da lógica de mercadorização do direito à educação. O alastramento da iniciativa privada nos diferentes níveis de ensino suscitou o agravamento das desigualdades educacionais

nos países.

Ademais, na área da política de saúde, observa-se que os governos progressistas endossaram o gasto social público e concederam ênfase à ampliação da atuação do Estado através do alargamento da cobertura dos serviços de saúde e do fomento às ações de promoção e prevenção em saúde. A melhora dos indicadores sociais de saúde é observável, fato que sugere a relação com o endossamento de ações dirigidas à saúde coletiva (tal como saúde comunitária, vacinações, prevenção e tratamento de doenças transmissíveis, redução da mortalidade e desnutrição, atenção à saúde materno-infantil).

Os países Brasil e Uruguai se destacam como aqueles que instituíram sistemas universais de saúde, por outro lado, o Chile se mostra como aquele que detém o sistema mais privatista da região. Em que pese as reformas propostas pelos governos progressistas no sentido de minorar as desigualdades em saúde, observam-se a prevalência da atuação do setor privado e a dificuldade dos governos em regular essa área. A lógica do subvencionamento público ou mesmo a do estabelecimento de parcerias público-privadas foram práticas adotadas por todos os países pesquisados. Destarte, no âmbito da gestão, ressalta-se a incorporação da lógica gerencial. Dentre questões insolúveis dessa área, as problemáticas de segurança pública, violência e crescimento populacional em áreas desprotegidas.

Destarte, em alusão ao 3º Ciclo dos Sistemas Protetivos (Neoliberal e Neoconservador) iniciado nos anos 2010 e 2015¹⁴, observa-se que na área da assistência social os governos conservadores isentaram-se de atuar diante de questões estruturais, como a redução das desigualdades e exclusões, a defesa dos direitos humanos e o fomento à justiça social. A redução do gasto social público na área e a retomada do aumento das linhas de pobreza se apresentam como problemáticas desse ciclo. Nesse sentido, observou-se a continuidade dos PTRC existentes

¹⁴ Nesse novo ciclo político, governos conservadores assumem o poder em temporalidades distintas, inicialmente no Chile (2010 – Sebastian Piñera), na Argentina (2015 – Mauricio Macri), no Brasil (2016 e 2019 – Michel Temer e Jair Bolsonaro) e, mais tardiamente, no Uruguai (2020 – Lacalle Pou).

nos países pesquisados, mediante, contudo, às readequações e ao estabelecimento de critérios mais rigorosos, no tocante à focalização e seletividade do público, dinâmica que desassistiu vasto contingente populacional empobrecido.

Na área de saúde, observa-se que os governos conservadores do 3º Ciclo (Neoliberal e Neoconservador) implementaram uma série de reformas (via decretos¹⁵) e retraíram o gasto social público na área. A esse respeito, recomendações das agências multilaterais associadas a universalidade, integralidade e fomento a ações preventivas contínuas foram inefetivas. Nesse sentido, as reformas no âmbito da saúde restringiram as frentes interventivas consolidadas no 2º Ciclo de PS e fortaleceram a lógica da focalização das ações e seletividade dos usuários, mesmo diante de sistemas universais de saúde, como o brasileiro. A recomendação alusiva ao fomento de parcerias público-privadas prosseguiu sendo efetivada, tornando-se um desafio à política de saúde pública ao possibilitar o fortalecimento da iniciativa privada na área e a mercadorização do direito à saúde. Desse modo, observa-se um nítido comprometimento de ambos os governos conservadores aos interesses de mercado e à abertura ao investimento do capital financeiro

em saúde.

Por fim, no âmbito da educação, os governos conservadores do 3º ciclo de proteção social implementaram reformas na área endossando a atuação privatista e impactando a educação sob a forma da agudização das históricas desigualdades escolares. Em que pese a manutenção do gasto social público e a estabilidade dos indicadores sociais de educação, observam-se a ausência de inovações, a incipiente adoção de agendas progressistas e a paulatina retração dos escopos de atuação do poder público (tal como programas e ações). Nesse sentido, observa-se que agendas associadas à igualdade no acesso aos diferentes níveis de ensino, à educação de qualidade, à inclusão social e à ampliação do ensino superior e técnico foram limitadamente observadas.

Em complementariedade ao panorama exposto que elucidou as características gerais dos três distintos ciclos de proteção social aferidos na realidade latino-americana, cabe-se ressaltar a existência de matrizes ideopolíticas que conformam e condicionam as características centrais da PS na região. Para fins analíticos, tais matrizes serão analisadas a partir de dois grandes eixos caracterizados no quadro 3.

QUADRO 3 – Eixos de concepções ideopolíticas da proteção social

Eixo 1 – Gestão da proteção social	Reformas	Eixo 2 – Matrizes ideopolíticas da proteção social	Solidarismo
	Descentralização		Familismo
	Privatizações		Meritocracia
	Sociedade Civil		Empreendedorismo e capacitação
	Participação Social		Empoderamento
	Universalidade		Capital social e humano
	Focalização e Seletividade		Oportunidades e competências
	<i>Workfare</i>		Moralismo e culpabilização pobreza
	Auto provimento		Risco Social
			Necessidades básicas

Fonte: sistematização da autora (2021).

As concepções ideopolíticas vinculadas ao eixo da gestão da proteção social referem-se

¹⁵ Ressalta-se que as reformas implementadas durante o 3º Ciclo possuíam caráter antidemocrático por não possibilitarem a participação popular na tomada de decisões. Comumente, as modificações foram fomentadas via decretos presidenciais.

a movimentos perceptíveis nos três ciclos de proteção social, que, em grande medida, foram materializados indiscriminadamente por governos progressistas e conservadores latino-americanos. Indubitavelmente, os movimentos reformistas iniciados no 1º Ciclo dos sistemas protetivos, atrelados à difusão dos ideais do Consenso de Washington e sob ingerência dos ditames neoliberais, delinearão os caminhos irreversíveis aos sistemas protetivos das décadas subsequentes.

Dentre as dinâmicas que se perpetuaram no âmbito da gestão à descentralização (administrativa e de financiamento) estão a privatização, a focalização, a incorporação da gerencialidade na condução das políticas sociais e a implementação de reformas consecutivas. No âmbito das matrizes ideopolíticas preponderantes, observa-se o endossamento de concepções liberais – e ou neoliberais – atreladas à busca incessante pela capacitação dos indivíduos e ao fomento a oportunidades sociais (educacionais e laborais). Observa-se o fortalecimento de lógicas meritocráticas que endossam a responsabilização individual perante o provimento das necessidades básicas, ademais, também se evidenciam o endossamento da criminalização da pobreza e o resgate a valores moralizantes funcionais à manutenção das desigualdades e opressões a grupos minoritários.

Destarte, a retração do gasto social público e a minimização da ação pública se consolidam em complementariedade à responsabilização de outros atores sociais mediante ações solidaristas e familistas. Observa-se que o retorno às intervenções paliativas, assistenciais e de cariz filantrópico se fortaleceu, especialmente durante o 1º Ciclo de proteção social. Durante o 2º Ciclo – Neoliberal e Progressista –, constata-se o alargamento da

atuação da sociedade civil pelo incentivo governamental através da ação das organizações não governamentais e instituições filantrópicas, bem como do estabelecimento de parcerias público-privadas e ações de subvencionamento público, especialmente no âmbito da política de educação e saúde. Destarte, durante o 3º Ciclo de proteção social – Neoliberal e Neoconservador –, notam-se retração da atuação da sociedade civil e endossamento de consensos sociais que postulam a defesa da minimização da atuação do Estado no âmbito social.

Nesse contexto, fortalece-se a correlação de forças entre perspectivas de universalidade e focalização das políticas sociais. Em complementariedade a essa tônica, o movimento neoconservador inaugurado durante o 3º Ciclo de proteção social teve como cenário a abertura de um ciclo econômico recessivo e a expropriação de direitos de cidadania outrora conquistados. Observa-se que no campo da proteção social a minimização do Estado atrelada à retração do gasto social público no campo social se consolidou em uma conjuntura de enfraquecimento das forças populares¹⁶, logrando êxito devido ao seu cariz impositivo e antidemocrático. Consensos ideológicos individualizantes, meritocráticos e ancorados em perspectivas protetivas familistas e neoconservadoras se tornaram o constructo funcional à dilapidação dos escopos protetivos e à paulatina expropriação¹⁷ dos direitos de coletividades.

Ademais, a intensificação da exploração (e superexploração) da força de trabalho na América Latina também se fez perceptível e esteve associada à materialização de movimentos reformistas no âmbito da previdência dos trabalhadores e dos direitos trabalhistas¹⁸ em resposta às

¹⁶ Em que pese a latência de manifestações populares na América Latina, essas se fizeram sem força política para transformações e/ou estancamento da expropriação dos direitos. O cenário neoconservador político-econômico e a cooptação dos movimentos populares devem ser consideradas como fatores determinantes nesse contexto.

¹⁷ O conceito de expropriação de direitos pode também ser relacionado aos movimentos de privatização das políticas sociais como resposta às exigências do sistema capitalista. A esse respeito, nota-se que o estágio capitalista atual, em que a "economia dos serviços" ganha importância, observa-se o espraiamento sobre áreas comumente atreladas ao poder público. A privatização e a mercadorização dos serviços de saúde e de educação a partir da atuação de grandes corporações internacionais devem ser analisadas a partir dessa conjuntura econômica.

¹⁸ Como exemplo dessas reformas, cabe destacar que a reforma trabalhista argentina foi proposta por Mauricio Macri no ano de 2017 e não aprovada após grande pressão sindical, contudo, a reforma da previdência foi aprovada naquele mesmo ano. As reformas trabalhista e previdenciária no Brasil foram aprovadas em 2017 e 2019 respectivamente (governos conservadores de Michel Temer e Jair Bolsonaro). A reforma trabalhista chilena foi aprovada em 2008 durante o governo de Michele Bachelet, contudo, em que pese o pêndulo pró-tra-

exigências do mercado globalizado. A negação do acirramento da luta de classes, da superexploração da força de trabalho latino-americana e da expropriação dos direitos dos trabalhadores endossados nas últimas décadas impossibilita a emergência de sistemas protetivos universais direcionados à democratização no acesso ao excedente econômico construído pela classe trabalhadora e apropriado pela burguesia como mais-valia¹⁹. Nesse sentido, a prevalência de concepções liberais – e atualmente neoliberais e neoconservadoras – perpetua a exploração e a subalternização da classe que vive do trabalho.

Destarte, em linhas gerais, a análise dos resultados alcançados pelos governos progressistas e conservadores no âmbito da proteção social demonstra que, nas últimas três décadas, a ênfase das políticas sociais se dirigiu a erradicação da fome, diminuição da pobreza, garantia de mínimos sociais (saúde, educação, moradia, segurança alimentar), universalização da educação básica e ampliação do ensino secundário, fomento à capacitação profissional e técnica para o mercado de trabalho, melhoria dos indicadores sociais de saúde, controle de doenças contagiosas e epidemias, ampliação da atenção básica em saúde.

Em linhas gerais, os governos de ambas as posturas ideopolíticas produziram melhoria nos indicadores sociais longitudinais de saúde, educação e assistência social, alcançando a redução da mortalidade infantil, o aumento da expectativa de vida, a ampliação do ensino primário e secundário, a diminuição das linhas de pobreza e extrema pobreza. Em análise aos indicadores sociais e à evolução do gasto social público no âmbito da saúde, educação e assistência social, observou-se que os governos progressistas lograram maior êxito do que os governos conservadores. A esse respeito, o fomento aos escopos de proteção social públicos e a incorporação de agendas progressistas se destacam como méri-

tos comuns às gestões progressistas da região.

A difusão dos programas de transferência condicionada de renda endossou a atuação intersetorial das políticas de saúde, assistência social e educação, mediando, de certo modo, o acesso aos mínimos existenciais em consonância às recomendações internacionais. Nesse sentido, observa-se a atenção à saúde materno-infantil, à frequência e permanência escolar, ao incremento das rendas de indivíduos, bem como de famílias que vivenciavam pobreza absoluta. Os governos conservadores foram responsáveis pela criação de grande parte dos PTCR, contudo, foi durante os governos progressistas que houve a ampliação exponencial do GSP na área e a consequente queda expressiva nas linhas de pobreza. Nesse sentido, os governos de Cristina Kirchner (Argentina), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Michele Bachelet (Chile) e Tabaré Vasquez (Uruguai) despontam como os governantes latino-americanos que conquistaram maior êxito na luta contra a pobreza na região.

No âmbito da educação, em que pese a melhoria dos indicadores de ampliação do ensino obrigatório, nota-se que a difusão da lógica instrumental e da concepção de capacitação em repúdio às práticas educativas críticas e cidadãs preconizadas pelos movimentos democratizantes da região se impôs como um entrave ao alargamento da educação emancipatória, subalternizando-a as exigências e necessidades do mercado. Ademais, em que pese a ampliação das políticas educativas, perduram na região graves problemas associados às desigualdades escolares e lacunas entre a educação pública e a privada, especialmente no tocante à qualidade do ensino. Ambas as problemáticas expostas se fizeram endossadas durante a vigência de governos conservadores e minimizadas durante o ciclo progressista.

No âmbito da saúde, a melhoria dos indicadores sociais básicos (diminuição da mortalidade

balhador, as mudanças não foram de grande monta às dinâmicas trabalhistas há longa data precarizadas – atualmente, Piñera pleiteia nova reforma trabalhista e previdenciária pró-empresariado no país. Na realidade do Uruguai, não decorreram amplas reformas, em que pese as mudanças de dispositivos legais a favor dos direitos do trabalhador.

¹⁹ A esse respeito, veja a produção "Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência" de autoria de Beatriz Paiva, Mirella Rocha e Dilceane Carraro (2010).

e aumento da expectativa de vida) sinalizou a gradual melhoria das condições de saúde da região. Contudo, a tendência privatista da área, o endossamento do subvencionamento público e a mercadorização do direito à saúde tornam-se desafios observáveis durante os governos de ambos os espectros ideopolíticos. As desigualdades em saúde e o sucateamento dos serviços fomentados pelo Estado criam uma grande lacuna entre os serviços públicos daqueles que são oferecidos no mercado, endossando a busca pelo acesso à saúde privada.

Diante do exposto e mediante as mudanças que incidiram sobre os sistemas protetivos latino-americanos nas últimas três décadas, podem-se aferir salutaros avanços obtidos em relação às expressões da questão social mais gravosas, tal como a pobreza absoluta e a fome. Contudo, cabe ressaltar o longo caminho a ser trilhado em prol da consolidação de sistemas protetivos universais e atinentes às necessidades da classe trabalhadora da região. Trata-se de um processo historicamente em curso, imprescindível para o alcance das promessas civilizatórias cidadãs, democráticas e direcionadas ao alcance da justiça social. Dessa forma, os sistemas protetivos latino-americanos, como um todo, mostram-se como meios imprescindíveis para transpor a gravosa desigualdade que assola a região; a este respeito, urge o reconhecimento de sua importância e a promoção de sua defesa.

Considerações finais

A senda da proteção social na América Latina percorre caminhos tortuosos que alternam temporalidades que exasperam esperanças em contraposição a outras que aniquilam conquistas democráticas de justiça social. A ascensão progressista no campo político latino-americano reascendeu o ensejo pela transposição da pobreza, a minimização das desigualdades e a superação das amarras econômicas e políticas que subjagam governantes e governados da *Nuestra América* aos ditames internacionais. Contudo, observou-se que os moderados avanços perceptíveis no campo da política social e econômica

materializados pelos governos da *maré-rosa* latino-americana, por não propiciarem mudanças conjunturais e estruturais, possibilitaram o solo fértil para a ascensão (neo)conservadora em um cenário econômico de crise e recessão.

As contradições do tempo presente impactam a proteção social da região de forma a expropriar direitos conquistados pela classe trabalhadora nas últimas décadas, minimizando direitos de cidadania e expondo coletividades a um cenário de desproteção e insegurança social. A esse respeito, faz-se perceptível o endossamento da hegemonia do pensamento liberal (e neoliberal) em contraposição ao desprezo por teorias sociais críticas e concepções revolucionárias; ademais, no campo econômico diante da produção e reprodução capitalista dependente, predatória e extrativista, são endossadas a superexploração e a degradação do mundo do trabalho nas economias periféricas. Destarte, expressões neocolonialistas se expressam no campo político diante da existência de Estados e governos não soberanos e servis aos interesses econômicos internacionais. Por fim, no campo da subjetividade humana, indivíduos sociais vorazmente competitivos em detrimento de coletividades emancipadas são forjados de maneira consonante ao modo de vida pautado na racionalidade neoliberal.

Diante desses desafios e em respeito ao produto analítico deste ensaio, o qual versa aos delineamentos assumidos pela proteção social da região mediante a alternância de governos de distintas posturas ideopolíticas nas últimas três décadas, pode-se aferir que os governos progressistas e conservadores da América Latina e do Caribe formularam as suas políticas de proteção social incorporando as orientações das agências multilaterais de desenvolvimento e produzindo ciclos protetivos submetidos aos ciclos econômicos e políticos da região. Governos progressistas realizaram avanços significativos nos âmbitos de luta contra a pobreza, atenção em saúde, universalização da educação e incorporação de agendas progressistas populares, ampliando exponencialmente o gasto social público. Contudo, assemelharam-se aos governos

conservadores ao se manterem submetidos às orientações neoliberais que impossibilitaram mudanças conjunturais. Os governos conservadores, por sua vez, pouco endossaram o investimento em proteção social e não incorporaram nas suas agendas reivindicações populares, tendo comumente atuado em defesa dos interesses privatistas nas áreas sociais, endossando a retração da atuação do Estado como responsável pelo bem-estar social coletivo.

Indubitavelmente, a construção dos ciclos de proteção social evidenciados nas últimas três décadas foi condicionada pelos ciclos econômicos e políticos vigentes e pela ingerência internacional. Em síntese, pode-se aferir que as economias centrais e as agências multilaterais do desenvolvimento ditam o ordenamento que os sistemas protetivos das regiões periféricas devem adotar. Mediante essa dinâmica, a alternância ideopolítica de governos conservadores e progressistas não se torna um impeditivo. Desse modo, não se pode afirmar que os sistemas protetivos latino-americanos se consolidam a partir das necessidades genuínas da classe trabalhadora da região, dinâmica contraditória haja vista a complexa realidade da região atravessada por gravosas expressões da questão social.

A temporalidade contemporânea impõe desafios de grande monta à proteção social latino-americana. O cenário econômico recessivo agravado pela eminência da gravosa crise de saúde mundial Covid-19, associado ao ciclo político conservador em voga, consolidou o solo fértil para a deletéria ascensão do 3º Ciclo (Neoliberal e Neoconservador) dos sistemas protetivos. Essa realidade produziu inseguranças de diversas ordens aos crédulos em processos civilizatórios equânimes, sistemas protetivos universais e processos revolucionários. O curso dialético da história desnudará os cursos que assumirá a proteção social; contudo, o ensejo de que os sistemas protetivos universais voltem a ser valorados e possibilitem à classe trabalhadora o usufruto de toda a riqueza que produz se torna o cenário prospectivo renunciado, especialmente em regiões largamente desiguais como América

Latina e Caribe.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CEPAL. *Panorama Social da América Latina*. Santiago, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46784-panorama-social-america-latina-2020-resumo-executivo>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CEPALSTAT. *Base de Dados e Publicações estatísticas da CEPAL*. Santiago, 2019-2020. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; REIS, Carlos Nelson; ARREGUI, Carola C.; TRIPIANA, Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (coord.). *Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe*. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência – problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

MARINI, Rui. *A dialética da dependência*. [S. l.: s. n.], 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. Muito além de Direitas e Esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. In: GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda (org.). *Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados*. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 30-79, ago. 2010. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em: 15 set. 2025.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social. 2020. In: PEREIRA, Potyara. *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política*. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Orientador: Ivanete Salete Boschetti. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Ciências Humanas, 261 Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: pct.capes.gov.br/teses/2013/53001010035P1/TES.PDF. Acesso em: 26 nov. 2025.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2187-2196, jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n7/1413-8123-csc-23-07-2187.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

PEREIRA, Potyara. *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política*. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

RODRIGUES, Viviane Isabela. *As veias constitutivas da proteção social na América Latina: as políticas sociais em tempos de governos de aportes ideológicos ora progressistas, ora conservadores*. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9626>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400002. Acesso em: 10 maio 2019.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa. *Uma História da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2009.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

Viviane Isabela Rodrigues

Assistente Social e Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Serviço Social (Universidade Luterana do Brasil). Graduada em Gestão Pública (Instituto Federal de Santa Catarina). Especialista em Metodologia de Intervenção com Famílias (Universidade de Passo Fundo). Especialista em Gestão Pública (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Mestre em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS)). Doutora em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PGSS/PUCRS)). Possui estágio doutoral sanduíche no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). No âmbito do trabalho profissional, atuou como assistente social na Política de Assistência Social e na área Sociojurídica (sistema prisional gaúcho) pelo período de dez anos. Ademais, no âmbito da pesquisa acadêmica, dedica-se ao estudo da proteção social na América Latina e dos sistemas de punição diante da alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores.

Endereço para correspondência

VIVIANE ISABELA RODRIGUES

viviane.rodrigues@fssoufal.br

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.